

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÃO – JARI, CONSTITUÍDA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 020 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2017.

PROCESSO: 2023/064279

RECORRENTE: OCIMAR BATISTA DE MATOS

RECORRIDO: SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES DA BAHIA - SIT

AUTO DE INFRAÇÃO: E256001425

JARI - Junta Administrativa de Recursos de Infração.

ACÓRDÃO JARI Nº

EMENTA: Multa por infração ao Art. 189 do CTB – “Arguição do artigo 282, §6º do CTB. Prazo decadencial para expedição de NP. Recurso Conhecido e Provido.

Relatório

Trata-se de Recurso interposto pelo proprietário legal, em face de expedição de Auto de Infração de Trânsito de AIT E256001425 ao rigor da **infração ao Art. 189 do CTB** na data de 17/05/2022 Rodovia BA046 Km 23(...) – SANTO ANTONIO DE JESUS/Bahia.

O Recorrente apresenta argumentação de que houve expedição da Notificação de Autuação e Penalidade fora do prazo, alegando, portanto, afronta aos artigos 281, II do e 282, §6º ambos do CTB, pugnando, por fim, pelo arquivamento do AIT.

Faz juntada da documentação obrigatória e necessária à análise de suas argumentações, pelo que requer a nulidade do Auto de Infração de Trânsito – AIT.

É o relatório.

Voto

Superada a questão de ordem processual, no que pertine a tempestividade e a capacidade postulatória, compulsando os documentos que instruem os autos do recurso, percebe-se do “Relatório de Auto de Infração – Extrato” a Notificação de autuação (NA) fora expedida dentro do prazo de 30 (trinta) dias, todavia a de Imposição de Penalidade de Multa – NP foi expedida ao proprietário em prazo superior ao legal, **já que NÃO houve apresentação de defesa de autuação, contrariando o artigo 282, §6º, Inciso I do CTB,** que passou a prever também para a segunda notificação (NP) prazo decadencial de no máximo 180 (cento e oitenta) dias para expedição contada da data da autuação, quando não apresentada defesa de autuação.

Desta forma, a NP fora expedida pelo **Órgão Autuador (SEINFRA/SIT)** em **26/10/2023** contando mais de 180 **(cento e oitenta) dias da lavratura do Auto de Infração, ocorrida em 17/05/2022** quando, pelas razões do recurso, reconheço a insubsistência do AIT e VOTO no sentido de **CONHECER** do recurso interposto, dando-o por **PROVIDO pelas razões ora expostas que revelam a inobservância do prazo decadencial imposto à administração pública, com fulcro 282, §6º, Inciso I do CTB,** julgando **INSUBSISTENTE** o Registro do Auto de Infração nº. **E256001425** lavrado contra : **OCIMAR BATISTA DE MATOS** determinando seu consequente arquivamento.

Resolução

ACORDAM os membros da Junta Administrativa de Recursos de Infração, por unanimidade, **CONHECER** do Recurso apresentado, dando-o por **PROVIDO, determinando o arquivamento do Auto de Infração nº. E256001425** pelas razões de direito aqui expostas.

Este órgão julgador e terá validade legal desde que acompanhado da Ata de Reunião do dia específico de julgamento devidamente chancelado pelos representantes legais, tudo quanto determinado pelo Art.25 incs. II, IV, VI, X, XI e Art.26 inc. VII do Regimento Interno homologado pelo Decreto nº. 17.825/17.

Sala das Sessões da JARI, 03 de DEZEMBRO de 2024.

Gustavo Adolfo Quintella de Cerqueira – Membro Titular / SEINFRA – Presidente

Acioly José Merlo de Araújo – Membro Suplente em exercício – SEINFRA

Aldalice Amorim dos Santos - Membro suplente em Exercício / SIT

Alba Valéria Alves Coelho – Membro Titular – DETRAN

Regina Helena S. dos Santos - Membro suplente em Exercício – DETRAN

Janaína Nunes Nascimento – Secretária Administrativa da JARI.